

O usuário dos serviços sociais; este ilustre desconhecido *

A prática do Serviço Social, seja ela desenvolvida em órgãos públicos, empresas, instituições privadas, ONGs, bem como as construções teóricas das duas últimas décadas, apresentam diversas referências com relação ao apoio e colaboração possíveis do profissional de Serviço Social aos processos organizativos das “classes populares, setores subalternos, clientela, usuários”, considerando a identidade da profissão, a de serviço e sua função, a de atender as expectativas e necessidades da sociedade. (karsch:1989:11-14).

Deste modo o Serviço Social atua em situações próprias do cotidiano dos usuários dos serviços sociais, espaço privilegiado onde estes sujeitos coletivos constroem e reconstroem suas formas de expressão, resistência, submissão, enfim, seu modo de vida, sua cultura.

Entretanto, ainda é bastante comum depararmos com concepções que consideram os usuários como algo homogêneo em seus modos de ser e compreender a realidade, em decorrência de sua condição de pobreza econômica, o que homogenizaria estes sujeitos, impondo caracteres e valores uniformes. Ou ainda, e o que é mais grave, considerando-os “(...) amorfo elemento de massa” (Melo, 1990:142), ou massa de manobra de interesses coronelistas e clientelistas e outras tantas afirmações semelhantes, que escutamos de colegas da profissão ou, mais raramente, lemos em produções teóricas recentes.

Desde o início dos estágios que fazem parte do currículo de Serviço Social, e mesmo depois, no exercício da profissão, tivemos um estreito relacionamento com setores dos movimentos sociais da grande Florianópolis. Tal vínculo nos levou a questionar estas concepções, pois percebíamos que estes sujeitos sociais manifestavam comportamentos e aspirações diversas, em momentos diversos, em estreita ligação com suas formas de

Edaléa Maria Ribeiro da Silva**

* Texto produzido a partir da dissertação de mestrado intitulada: “O usuário dos Serviços Sociais: este ilustre desconhecido”. São Paulo: PUC, 1992. Orientadora: Maria Lúcia Martinelli
** Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC e membro do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.

compreender a realidade social a partir de sua experiência e cultura.

E mais, que as experiências da vida cotidiana, pensadas e sentidas que se manifestam de várias formas, os tornam, sim, sujeitos históricos.

A questão é que a maioria das explicações teóricas nos trazem impasses: esses procedimentos teóricos acrescentam quase nada na compreensão dos fenômenos sociais, e ainda fazem desaparecer as características singulares destes sujeitos coletivos - sua noção de justiça, de direito, de cidadania, da resistência ao que é considerado política, os padrões comunitários e outros.

Na produção teórica do Serviço Social a compreensão do seu objeto de estudo geralmente trilha estes caminhos, talvez porque pareçam mais seguros teoricamente, já que se apropriam de um esquema interpretativo consagrado nas chamadas ciências sociais.

Entretanto, não queremos negar as condições macroestruturais e as contradições presentes na sociedade, pois, como diz Lúcio Kowarich (1988:18),

“(...) reconhecer que em si, a pauperização do processo produtivo, a espoliação urbana decorrente da falta de bens de consumo coletivos, do acesso à terra e habitação ou a opressão que se faz presente no cotidiano da vida nada mais são do que matérias-primas que potencialmente alimentam as reivindicações populares: entre estas e as lutas sociais propriamente ditas há todo um processo de produção de experiências, que não está de antemão tecido na teias das assim chamadas condições materiais objetivas”.

O presente artigo se debruça sobre um objeto: esta produção de experiências vivenciadas pelos usuários dos serviços sociais, cuja história está longe de ser conhecida pelo Serviço Social. O que queremos aqui, é que o usuário se faça presente e seja presença em toda sua magnitude, não se perdendo nem sendo banido pela teoria ou devorado pelas grandes reflexões teórico-metodológicas.

O que queremos é, a partir do conhecimento de dada teoria social e do modo de produzir conhecimento desta mesma teoria, compreender o significado que uma situação histórica concreta tem para os sujeitos em questão. Sabemos que é uma tarefa difícil esta de captar as experiências sociais vivenciadas pelos sujeitos coletivos, nas suas expressões menos institucionalizadas. Entretanto, é fundamental, pois neste espaço fragmentado, geralmente contraditório e desconstruído, é exatamente onde se gestam os conflitos sociais. É nas experiências da vida cotidiana que encontramos suas origens:

“Os movimentos sociais, suas vitórias, seus impasses, suas dificuldades e possibilidades, são resultados de uma complexa teia de relações, de pequenos confrontos, do sofrimento que é repostado a cada dia, da impotência que é vencida por vezes através de pequenos gestos, da esperança que renasce, dos símbolos que são criados, de significados que são reaproveitados. Enfim, de uma vasta e diversificada experiência, individual e coletiva, elaborada em um processo

de formas as mais variadas, por instrumentos muitas vezes os mais inesperados”. (Abramo, 1988:210-211)

Entendemos que abrir o debate sobre o presente tema é uma forma de contribuir com uma prática profissional mais solidária e mais consequente com aqueles a quem ela se dirige.

Para podermos alcançar o que nos propomos, tomamos como cenário o Morro da Penitenciária, uma das várias favelas da grande Florianópolis, surgida no final dos anos 60, constituída de uma população eminentemente migrante. A referência foi o trabalho de organização popular acontecido desde os anos 80, por ai terem surgido movimentos reivindicatórios exigindo melhorias de infra-estrutura: luz, água, creche, regularização da terra, saneamento básico e outros. Tais movimentos podem até ser considerado pouco significativos, mas sem dúvida foram experiências que revelam uma identidade de grupo, no sentido da explicitação de suas necessidades, do reconhecimento de seus objetivos, e do mundo que os envolvem, a partir de sua cultura.

Não são estes movimentos em si que nos interessam no presente artigo, mas, sim, algo anterior à expressão desta identidade coletiva.

Algumas considerações teóricas

Considerando que nosso objeto de conhecimento são as experiências sociais vivenciadas pelos usuários dos serviços sociais, entendidos como sujeitos coletivos, se faz necessário esclarecermos algumas

categorias: sujeitos coletivos, experiência e cultura, sendo esta última a categoria chave para a compreensão e análise desta singular experiência humana.

Antes de comunicarmos as reflexões, retomemos a questão da construção teórica, já mencionada acima, onde reafirmamos não a busca de modelos interpretativos prontos, nos quais a realidade catada tem que se adaptar a uma teoria, mas, sim, uma teoria em movimento, pensada a partir da investigação empírica sobre a realidade igualmente em movimento.

O tema modos de vida tem uma amplitude que percorre toda a literatura sobre a classe operária, assumindo outras formas semelhantes, tais como: condições de vida, condições físicas e morais, questão social, questão da habitação, questão do trabalho, padrão de vida, vida operária, e outros que não vamos descrever aqui, mas apenas assinalar a existência ¹.

Procuraremos aprofundar o significado que o tema tem para nós; o significativo que modos de vida assume está referido a análise das experiências culturais e das relações em que estão imersos os sujeitos coletivos. Modos de vida do usuário dos serviços sociais passam aqui, pela elaboração interna de sua experiência e de sua cultura, de seu pensamento e de sua prática, bem como pela exteriorização real e concreta da mesma.

Ora, o que se pergunta de imediato é então o que entendemos por experiência e cultura?

Quem desenvolve com precisão o significado de **experiência** é o historiador inglês E. P. Thompson (1981). Este pensador, no livro "A

miséria da teoria", fala sobre a questão. Para ele, a experiência humana é fundamental, se quisermos fazer aumentar o entendimento de Marx. Para Thompson, a experiência, a experiência humana é o grande termo ausente do marxismo, isto acaba aprisionando o entendimento do processo. O autor avança no sentido de um entendimento comum de todo o processo histórico, reinserindo o sujeito na história, a partir da experiência e ampliando o conceito de classe social.

"Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, **indivíduos livres**; mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida **tratam** essa experiência em sua **consciência** e sua **cultura** (as duas outras expressões excluídas da prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada". (THOMPSON, 1981:182)

Para Thompson, a introdução do termo experiência significa rever todos os sistemas, complexos, pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência encontra sua realização: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulamentação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa, maneiras, leis, instituições

e ideologias, enfim, tudo o que, em sua totalidade compreende a origem de todo o processo histórico, sistemas que estão reunidos na experiência humana comum, que exerce, ela própria, sua pressão sobre o conjunto. Assim, a experiência é, em última instância, gerada pela vida material, estruturada em termos de consciência social. As estruturas ainda dominam a experiência, só que desta perspectiva a influência determinada é pequena. As formas como vive determinada geração e como ela manipula esta experiência, desafiam uma previsão e fogem a qualquer definição estreita de dominação.

Entendemos que não é possível estudar os movimentos sociais, os sujeitos sociais envolvidos, com idéias de "condições necessárias à reprodução da força de trabalho", que não podem ser satisfeitas devidos aos padrões de acumulação capitalista, pois esta idéia coloca alguns paradoxos:

- como podem ser necessidades sociais, se são necessidades necessariamente não satisfeitas? Ou ainda,
- onde estão instituídas enquanto necessidades?

Eder Sader nos diz (1988:42-43) que a conclusão que tiramos destes impasses é que não podemos deduzir orientações e comportamentos de "condições objetivas dadas", pois tais deduções implicam uma noção de "necessidades objetivas" que deslocariam os atores sociais sem as mediações simbólicas que as caracterizam enquanto necessidades sociais. Continuando nesta reflexão, o autor levanta a questão de atribuição dos significados, onde

uma ausência é definida como carência e como necessidade, e pelos quais certas ações sociais são definidas como respondendo aos interesses de um grupo ou coletividade.

Ora, a elaboração cultural das necessidades que os movimentos sociais reivindicam através de um conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfazem as suas necessidades de reprodução são diversas. O modo como o fazem, assim como a importância que atribuem aos diferentes bens, materiais e simbólicos, estão diretamente ligados aos significados que definem determinado grupo, ou seja, sua identidade. Também depende do modo como articulam objetivos práticos e valores, que dão sentido à existência do grupo.

Depende, finalmente, e para nós é fundamental, das experiências vividas que ficam submersas em certas representações, e que num dado momento emergiram e se tornaram a forma de o grupo se identificar, saber de seus objetivos, e do mundo que os envolve.

Quando pensamos em apreender as experiências sociais vividas por moradores do Morro da Penitenciária, entendemos que as questões aqui levantadas são de suma importância para o processo de elaboração cultural das necessidades, pois desmistificam de saída, a homogeneização dos chamados setores populares, setores subalternos, clientela, pobres, despossuídos, excluídos e tantas outras denominações genéricas.

Mesmo que nos encontraremos numa sociedade estruturada, a constituição histórica das classes

depende da experiência das condições dadas, o que significa levar em conta o quadro de significações que estão presentes nestas experiências.

Thompson ainda introduz outro termo muito importante - cultura: para ele, experiência e cultura são termos fundamentais:

“Creio que descobrimos uma outra coisa, de significação ainda maior para todo o projeto do socialismo. Introduzi umas páginas atrás, outro termo médio necessário, **cultura**. E verificamos que, com **experiência e cultura**, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois, as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas nas idéias, mas no âmbito do pensamento e de procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral”. (THOMPSON, 1981:189).

Para o autor, a moral não é algo autônomo da escolha e vontade humanas que possa, por ventura, aparecer alheia ao processo histórico, mas, sim, que a contradição é um conflito de valor tanto quanto um conflito de interesses – para Thompson, em

cada necessidade há um afeto ou vontade a caminho de se transformar em um dever (e vice-versa), que toda luta de classes é também, ao mesmo tempo, uma luta acerca de valores.

“Os valores não são **pensados**, nem **chamados**, são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas, etc., necessárias e aprendidas (e aprendidas no sentimento) no habitus de viver; e aprendidas em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria”. (THOMPSON, 1981:194)

Thompson admite que os valores têm conotação ideológica, uma vez que a própria experiência está estruturada segundo classes, entretanto, isto não significa que estes sejam impostos como ideologia. É claro que esta imposição será tentada, mas sua aceitação ou não implica mútua dependência entre as regras e visão-de-vida imposta e a questão necessária de viver um determinado modo de produção. Os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão permanentemente espaço de contradição, de luta entre valores e visão-de-vida alternativos.

“Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o

são em suas idéias e ações, são tão **sujeitos** (e não mais) de sua consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta e atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que em termos de escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados”. (THOMPSON, 1981:194)

*Finalmente, o último termo a ser esclarecido é o que compreendemos por **sujeito coletivo ou usuário**. Um primeiro motivo que nos levou a usar esta noção é a estreita ligação com a concepção de experiência de que já tratamos anteriormente, e que nos leva a afirmar que é na elaboração das experiências que se identificam interesses, que se formam coletividades, sujeitos coletivos. As experiências vividas ficam plasmadas em certas representações, que emergem em determinados momentos e se tornam formas de o grupo se identificar, de reconhecer seus objetivos e o mundo que os envolve.*

Um outro motivo que nos leva a assumir este termo é porque se constata nestas pessoas uma preocupação com a construção de uma identidade coletiva, com a consciência de que têm histórias semelhantes, problemas e esperanças comuns.

Observa-se que aos poucos estas pessoas, a partir das próprias experiências, vão delineando projetos coletivos, simples, sim, às vezes muito limitados, mas com consciência que é no coletivo que as mudanças acontecem.

Portanto, sujeito coletivo será entendido no sentido de coletividade onde se esboça uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros buscam defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas. (SADER, 1988:55).

A difícil decisão: a busca da cidade grande

Uma parcela significativa dos moradores do Morro da Penitenciária chegou em Florinópolis nos anos 60/70, quando acontecia aqui o impacto de maior repercussão econômica da cidade: a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1962, o que provoca mudanças sociais diversas.

São homens, mulheres, jovens, casados e solteiros, que vêm por causa que não tinha terra prá plantar, e eram obrigados a trabalhar pros outros por mixaria. (Padre). Além do mais, a carência da vida no campo não dava condições de continuar lá. (Argeu).

A única saída era a vinda para a cidade, na busca de melhores condições de vida, o que não foi fácil atingir, pois a vida que as famílias trabalhadoras trazem, é marcada por constantes mudanças:

Aí começou aquele problema de a gente lutar pela vida e às vezes as coisas não dar certo. Eu mudei muito: passei por serra-ria, mudei prá cidade, voltei pro sítio de novo ... Já mudei do Rio Grande do Sul prá Campo Belo, de Campo Belo prá Lages, de Lages voltamos prá Delacosta, De Delacosta fomos prá Lages de novo ... moremos um bom tempo lá. (Hilda)

Isto não significava que não houvesse a preocupação por fixar-se, mas a luta pela vida na cidade pode ser sentida pelo lugar de moradia, evidenciando os que conseguiram progredir, e os que se perderam na voragem do progresso. O ir e vir das famílias trabalhadoras produz esta marca.

Chegando em Florianópolis, arrumar trabalho até que não foi difícil para os homens, porque na construção civil “o que eles querem mesmo é gente que trabalha no pesado: quer dizer que não interessa o estudo da pessoa ...” (Argeu).

O trabalho é visto como uma maneira de ajudar a família, que é ponto de referência de todos, como diz D. Maria:

“(...) com oito cruzeiros que o Pedro recebia, dava prá nós passar a semana e ainda dava pro remédio prá mim. E os rapazes eram solteiro, também ajudavam. Era dividida as despesas. Cada uma ajudava um pouquinho. Quando faltava algumas coisinha, um ajudava o outro. Então você vê que melhorou a vida prá gente né, prá família”

Mas, se por um lado a experiência da busca pelo emprego foi positiva, o mesmo não aconteceu na busca da moradia: o aluguel, a peça (quarto), o porão do parente até chegar na tão sonhada casa são experiências de muita luta, o que não significa que o problema da habitação se resolvera, pois aí começa a experiência da autoconstrução, realizada nos fins de semana, que ocupa toda a família, parentes, amigos, como nos diz Argeu:

“(...) daí começamos a comprar material devagarinho. comprei

uns quantos. Compramos material uns três anos. Quando vi que dava prá começar a casa, eu comecei a fazer. Desmanchei aquela de madeira, né, e tou fazendo esta aqui, que não terminei até agora”.

E assim foram se integrando na cidade. Num processo lento de adaptação vão descobrindo serviços que favorecem a vida na cidade:

“Quando eu cheguei aqui, não conhecia nada. Através da doença da Lú, o médico da Universidade me encaminhou para a LBA prá pegar o leite prá ela ... Aí a gente foi conhecendo os lugares. (Hilda).

Esta realidade, os desafios que se sucedem, levam a acumular uma experiência que marca profundamente esta população: o pedir.

“A pessoas às vezes que precisa, tem que procurar, e às vezes levar um monte de esporro prá conseguir. Eu não gosto de lidar com coisa dada por causa disso”. (Grupo de mulheres).

Mas são exatamente estas experiências, o pedir, o se relacionar com o poder público, que contribuem para o desvelamento da teia de relações sociais:

“A gente vai conversar com alguém do órgão público, que administra ..., eu sinto um pouco ... sem interesse deles. Parece que quando eles encheria a gente, não tem muito interesse pela gente. Eles são acostumados a não dar muita atenção prá gente”. (Argeu).

Mas, é a experiência do coletivo a mais rica dentre aquelas que a vida

urbana proporciona para esta população:

“Agora, todo esse trabalho que a gente faz na comunidade eu sinto que tem muitas pessoas acreditando no trabalho. Muitos não sabe o que é uma Associação, o que é uma união. Agora muitos já falam: o pessoal tem que se unir, se reunir e trabalhar todo mundo junto”.

(Argeu)

A partir dos depoimentos acima destacados, podemos captar os temas básicos das experiências de vida destes homens e mulheres: a vida do sítio, a migração como projeto familiar na busca de melhores condições de vida; as experiências do cotidiano no Morro; a descoberta e uso dos serviços sociais.

Entretanto, antes de vermos as experiências contidas nestas histórias de homens e mulheres que viveram em busca de uma “vida melhor” na cidade, precisamos assinalar o que significa viver em Florianópolis a partir dos anos 60, bem como o Morro da Penitenciária se situa nesta realidade.

O desenvolvimento urbano de Florianópolis

Desde o início da formação do Estado de Santa Catarina, este teve um papel de complementação do centro dinâmico da economia brasileira, não apenas como fornecedor de determinados bens, mas também exercendo função de “área de passagem” do sul para o centro do país e vice-versa.

Florianópolis, atual capital do Estado, desde o início de sua colonização (séc. XVIII), caracterizou-se como centro de atividades da Província,

inicialmente por causa de necessidades militares e administrativas, depois, por causa do Porto de Desterro, que era o mais importante meio de contato entre as regiões litorâneas produtivas e os mercados consumidores, principalmente Rio de Janeiro. Em virtude da militarização da Ilha e de sua função estratégica, os habitantes locais não produziam o suficiente para acompanhar o aumento da população, que consistia basicamente de oficiais e familiares, sendo que tudo, em termos de gêneros alimentícios, vestuário e outros, eram trazidos de fora.

Como a Ilha era a Capital da Província e importante ponto de defesa, tornou-se a sede dos principais órgãos oficiais do Governo: Junta da Fazenda, Juiz de Fora e Regimento de Infantaria:

“Com a característica de ser o centro político administrativo do Estado, desencadeou-se em Florianópolis algumas atividades mais específicas. Ao lado dos serviços administrativos, um que caracteriza a prestação de serviços, ou seja, um trabalho improdutivo, surgem cada vez mais, bancos, cresce o estímulo à indústria da construção civil e as indústrias de produtos alimentares, além do comércio que aparece como uma das principais atividades da cidade”.

(DAMIANI, 1986:77).

Um desenvolvimento urbano mais efetivo acontece nos anos 50, com a ligação da rede de energia elétrica da cidade a Termo-elétrica de Capivari, em Tubarão, disponibilizando energia para modernização das moradias, o que ocasiona um consumo considerável

de eletrodomésticos, afetando ainda mais a débil economia florianopolitana e repercutindo diretamente no orçamento municipal.

Outro fator que agrava ainda mais a situação é o crescimento da população urbana, que se depara com uma cidade sem infra-estrutura para recebê-la. Há um estado de insatisfação geral. Pereira (1974:64), afirma que de 1957 a 60 ocorrem violentos movimentos de rua, com "quebra-quebras" em protestos pela alta do custo de vida, ao aumento da passagem dos coletivos, greve dos estudantes e outros.

Florianópolis, que tem nos anos 60 uma população de 97.827 habitantes, permanece quase que alheia ao processo de industrialização, bem como aos acontecimentos em nível nacional.

Economicamente débil, e amparada apenas na administração pública ou no comércio de abastecimento local, a cidade sempre se viu num círculo de pobreza e numa total dependência externa". (PEREIRA, 1974:59), já que os recursos disponíveis são do Governo Federal.

Para os autores catarinenses consultados, e que constituem uma fonte rigorosamente segura, a instalação da UFSC (1962) é o impacto econômico de maior repercussão, servindo como marco para mudanças sociais diversas, uma vez que todo o orçamento da Universidade é injetado na própria cidade, incentivando a construção civil, a ampliação dos serviços públicos e outros, que vão constituir nos principais focos de atração populacional.

O desenvolvimento de Florianópolis como pólo político-administrativo e centro apenas consumidor cria um aumento das migrações internas, que aliado ao crescimento demográfico da cidade, provoca o aumento de favelas e regiões consideradas "marginais", pois significativa parcela da mão-de-obra que chega, não tem qualificação técnica e tampouco pode ser absorvida pelo escasso mercado de trabalho; o subemprego é característica da cidade, sendo os serviços avulsos, os chamados "bicos", uma das únicas alternativas não somente para a população que chega, como também para a própria população pobre local.

Este caráter de centro político-administrativo, de comércio local forte e centro cultural do Estado faz com que Florianópolis se caracterize por um setor significativamente terciário.

Abaixo destacamos alguns dados do IBGE, a fim de ilustrar estas reflexões.

Nos anos 70, a população de Florianópolis passa para 132.840 habitantes, ou seja, temos um aumento de 35% em relação à população de 1960. No IX Recenseamento de 1980, a população residente sobe para 187.871 habitantes. Destes, tínhamos uma população de 146.770 habitantes de mais de 10 anos, com rendimento médio mensal e distribuída por setor de atividade e condição de atividades da seguinte forma:

+½ até 1	14.287
+1 até 1½	15.062
+1½ até 2	8.387
+2 até 3	11.398
+3 até 5	10.662
+5 até 10	9.908
+10 até 20	6.045
+20	3.108

Obs: sem rendimentos - 59.958 habitantes, sem declaração - 1.074 habitantes

Alguns destaques para esta

Tabela:

- somando a população que exerce atividade de trabalho com rendimento médio mensal de 0 até 3 salários mínimos, temos um percentual de 38,16% do total;
- se acrescentarmos a estes a população sem rendimento, teremos um total de 79,01%;
- somando a população com rendimento médio mensal de 0 a 5 salários mínimos, teremos um percentual de 45,42%;
- se acrescentarmos a estes a população sem rendimento, teremos um percentual de 86,27%;

De acordo com os dados do IBGE, esta população sem rendimento exerce atividade de trabalho remunerado sob a forma de produtos ou mercadorias.

Se observamos o quadro que nos mostra o setor de atividade e condição de atividade teremos:

Setor de atividade e condições de atividade - pessoas de 10 anos ou mais

Rendimento médio mensal - Salários Mínimos

até ¼	2.387
+¼ até ½	4.287

	pop. econ. ativa	pop. não econ. ativa
agropecuária extração vegetal e pesca	1.869	2.478
indústria de		

transformação	4.400	3.132
outras atividades industriais	4.080	3.787
indústria da construção	4.505	4.229
comércio de mercadorias	7.689	5.676
transporte e comunicações	3.208	3.108
prestação de Serviços	15.436	7.096
atividades sociais	12.409	6.075
administração pública	9.799	9.781
outras atividades	5.819	3.524
procurando trabalho	2.191	280
condições inativas	-	26.139

Estes dois quadros evidenciam que, tanto a população migrante como a população nativa pobre, com sua mão-de-obra desqualificada, agravada pela falta de um setor secundário desenvolvido, são as mais castigadas, uma vez que têm que se submeter ao subemprego para sobreviver, o que conseqüentemente faz com que aumente o número de favelas e habitações precárias nos Morros que margeam o centro urbano de Florianópolis.

Considerando que a estimativa de população residente em 01.07.91 conforme o Departamento de população/divisão de estudos e análises do IBGE, é de 293.328, ou seja, 56,1% a mais do que a população de 1980, a condição de vida desta população é muito mais preocupante.

O Morro da Penitenciária se situa geograficamente no bairro Trindade, região relativamente central da Ilha de Santa Catarina, onde ocorre um crescimento populacional significativo, com a instalação da UFSC no mesmo. É um

bairro de característica massivamente residencial, constituído principalmente do pessoal ligado à Universidade. É considerado área nobre da Ilha. Como o próprio nome já diz, fica nas encostas do Morro da Cruz, próximo à Penitenciária Estadual. Para se chegar a ele, basta subir à rua Álvaro Ramos até o final; quando esta termina, começa a comunidade². Há duas maneiras de se entrar no Morro. Uma, pela escadaria construída em mutirão no início dos anos 80. A outra, é por uma rua íngreme, que leva até a creche estadual, que atende crianças de 0 a 5 anos de idade, moradoras da comunidade. No seu interior a comunidade tem muitas ruelas, becos, que permitem aos seus habitantes chegarem em todas as casas. Por causa de sua configuração física, com as duas ruas formando um ângulo de 90 graus, e no outro lado o Morro com paredes de pedra, a comunidade quase que fica isolada, excluída em relação ao bairro, nos sentidos geográfico e econômico.

Já sua origem data do final dos anos 50, quando uma funcionária da Penitenciária casa-se com um detento. Devido a problemas financeiros, e por sugestão o proprietário de uma pedreira que residia nas proximidades do Morro, aconteceu a construção da primeira casa clandestina. Meses depois, outros ex-detentos e famílias vão também ali morar.

Em 1967/68, a mulher de outro detento, procedente de Campo Belo do Sul, (SC) acompanhando a transferência do marido para Penitenciária Estadual, acaba vindo morar no Morro, devido à proximidade com a Penitenciária e

também por problemas financeiros. Na sua chegada haviam apenas 08 casas de ex-detentos e famílias que aos poucos vão vendendo os barracos para o pessoal que vem chegando do sítio à procura de trabalho e melhores condições de vida, e saem do Morro.

*“Tudo começou por causa da Tia Fia. O marido dela era preso. Matou um cara lá e daí veio embora. Daí ela pegou e trouxe o sobrinho prá cá. O sobrinho trouxe mais uns três e aqueles foram trazendo outros...” (Pai-
dre)*

Mas é na metade dos anos 70 que mais a comunidade cresce, com a vinda de migrantes expulsos do campo, principalmente de Campo Belo do Sul, Lages, Curitibaanos, Canoinhas, região do planalto catarinense.

Grande parte da população serrana tem a sua origem da vila fundada por Correa Pinto, a atual Lages, numa miscigenação de três raças: a negra, a indígena e a branca. É comumente chamado caboclo, por esta origem.

Hélcion Ribeiro afirma:

“Caboclos, quem são eles? Eles são os restos de nossa gente que ainda não queremos conhecer. Mas cuja presença não se pode ignorar no planalto, médio e extremo-oeste... São descendentes de índios mansos, negros e paulistas que se foram cruzando por aqui, certamente com outros índios, negros, portugueses desconhecidos... E esses caboclos se constituem num bloco de gente que não se enquadra nos quadros oficiais, por não se adaptar aos nossos esquemas econômico, político, social, cultural e religioso. O cabo-

clo é a 'não-gente', o 'não-ho-
mem', senhor-de-valores-ou-
tros". (RIBEIRO, 1988:21)

Conservam muitos valores como família, hospitalidade, valentia, fatalidade... No plano externo o cabloco é desconfiado, mas intimamente é crédulo e místico. A religiosidade é muito mais uma vontade apaixonada de viver, do que uma visão da doutrina oficial da Igreja.

Como migrante pobre e com habilidades profissionais artesanais decorrente do trabalho rural, tendo como primeiro, e muitas vezes único emprego, a construção civil pela pouca exigência de trabalhadores especializados e conseqüente baixa remuneração, ao migrante somente resta os morros e "favelas" para morar.

Atualmente a população do Morro da Penitenciária é de aproximadamente de 307 famílias, num total de 1.430 pessoas entre homens, mulheres e crianças, constituindo-se estas últimas 45% da população do Morro. A maioria esmagadora dos homens trabalham na construção civil e as mulheres como diaristas e domésticas, conforme dados da Associação de Moradores.

A busca da grande cidade

As experiências passadas criam tradições de referências e códigos de ação, que são elaborados, incorporados, reiterados por elementos diferenciados advindos de matrizes sociais, políticas e culturais distintas, e que não são escritas "numa linha reta e sempre com as mesmas letras". (TELLES, 1988:249)

Estas tradições podem ser compreendidas a partir de fragmentos, onde encontramos

ambigüidades diversas, sinais positivos e negativos, que "testam sua validade" no entrecruzar com outras tradições da realidade brasileira, a partir de referências diversas da experiência social e política vividas pelos sujeitos.

Quando nas entrevistas e depoimentos pessoais acontece o relato da vida no campo, percebemos uma releitura daquela realidade, a partir de valores, padrões adquiridos na cidade, mas não somente. O sítio assume mais o caráter de utopia, ou surge sob a forma de um lugar simbólico, onde projetam o seu reconhecimento como pessoas integrais.

Uma das grandes motivações para sair da roça são as privações pelas quais o imigrante passa, numa denúncia de deteriorização da vida rural, privação pela parca ou completa inexistência de atendimento à saúde, pela superexploração do trabalho, pelo descaso do governo na formulação de uma política agrícola que beneficie o pequeno trabalhador rural, o posseio etc, e a referência de uma situação de vida melhor na cidade.

Nos depoimentos que seguem, percebemos como estes migrantes constroem a decisão da busca pela cidade, como vivenciam, interpretam, elaboram estes acontecimentos, a partir de códigos, referências, valores.

O trabalhador rural sente, na sua experiência cotidiana, como a exploração do campo vai acontecendo: primeiro com a não propriedade da terra, instrumento fundamental para sua existência. Depois, ao ser convertido em trabalhador assalariado e

superexplorado, sem um mínimo de garantias trabalhistas e sociais.

A maioria das vezes a percepção que tem de sua situação é fragmentada e pouco articulada. É comum explicarem a migração com afirmações: "porque na roça tá muito difícil", "prá melhorar de vida", sem conseguir explicar os parâmetros da possibilidade de melhoria ou os elementos negativos da experiência anterior.

Mas apesar de fragmentadas as respostas, ainda é possível reconstruir, mesmo precariamente, a representação que este migrante faz de sua experiência.

Um dos elementos que se constata de imediato é que a migração não acontece por causa de um fenômeno anormal de fome ou miséria decorrente de alguma calamidade natural, mas, sim, como resposta às condições normais de sua existência. O migrante abandona o sítio quando percebe que "não pode melhorar de vida", isto é, quando sente que a sua miséria é uma condição permanente:

"(...) a gente morava no sítio, mas ele trabalhava em serraria, no sítio mesmo, no interior... nem sei como é que vou te dizer: serraria leva muita marca, porque a casa é muito perto e prá gente criar os filhos da gente tem problema de criança... e é aquela pobreza, sabe, quem trabalha em serraria; muita pobreza. Até a minha família são tudo gente pobre, que tudo trabalha em serraria, no sítio." (HILDA, 21/05/91, p.02)

É evidente que existem outros fatores nesta tomada de decisão, mas fundamentalmente a vinda para a cidade grande tem estreita relação

com uma situação desfavorável, que é vista como permanente, como inerente à vida no sítio. É uma denúncia da deteriorização da vida no campo.

Assim, a "melhoria de vida", muito longe de ser uma aspiração individual, é condição indispensável para a própria sobrevivência desta população que vive tal realidade.

Para aqueles que já trabalharam como assalariados no sítio a perspectiva é um pouco diferente. A vida é difícil porque ganham pouco, não tem emprego, pagam mal:

"(...) tudo gente que tinha terra também; tinha que trabalhar solicitado. Viemos por causa que não tinha terra prá plantar, trabalhava pros outros por mixaria, não tinha emprego. Saí da roça por isso..." (PADRE, 22/07/91,p.01)

Aqui as condições de existência estão diretamente relacionadas com as relações de produção sob a forma de salário, situação esta exterior ao controle do trabalhador. Ora, isso significa que o aumento da renda para melhora das condições de vida somente pode resultar de uma intensificação do trabalho.

"Apesar das transformações que estão ocorrendo, a sociedade rural continua a ser uma sociedade pouco diferenciada, com enorme predominância de trabalhadores não especializados. Como predomina a técnica mais rudimentar, não há diversificação da atividade produtiva, não há diferentes tipos de trabalho e, conseqüentemente, não existem tipos diferentes de trabalhadores... deste modo, o aumento da produção somente pode ser visto como resultado de um aumen-

to de quantidade de trabalho, e não da transformação da qualidade do trabalho."
(DURHAN,1973:116)

Com isto, o trabalhador rural se vê obrigado a trabalhar cada vez mais, para manter o nível precário de vida, sem que isto implique maior disponibilidade de dinheiro.

A migração para a cidade grande se torna o recurso possível da população pobre rural para aliviar as tensões sócioeconômicas, atuando como resposta a problemas criados pela estrutura da sociedade mais ampla que são, principalmente, de ordem econômica e política.

Mas, ao mesmo tempo em que a migração se coloca como resposta à situação de miséria do trabalhador rural e conseqüentemente de sua família, esta resposta tende a ser dada também em família, isto é, a migração se torna um projeto familiar, mesmo que este deslocamento quase sempre aconteça em grupos pequenos ou ainda por indivíduos isolados da família.

Esta fragmentação é fundamental, em vista das dificuldades que uma mudança tão radical acarreta, já que possuem um conhecimento impreciso do local para onde se dirigem, fruto de informações acumuladas a partir da migração de outras pessoas daquela comunidade.

Esta migração pode acontecer de várias formas: à medida que o filho se torna adulto, desligando-se da família de origem (visto que o jovem ao atingir certa idade deve buscar sua independência econômica), indo morar como amigos ou à procura de parentes, grupos estes que lhe dão a segurança da companhia e do conhecimento da nova realidade

que vão encontrar:

"(...) vim prá cá porque tinha uns amigos meus que já moravam aí. Foram prá lá e falavam que quem trabalhava aqui era bom, porque ganhava bastante dinheiro. Daí eu disse: vou parar onde? Daí o Zé da Célia disse: não, vai parar lá em casa comigo. Daí vim prá cá. Depois se ajestou de eu namorar com a minha mulher mesmo, daí casei..." (PADRE,22/07/91,p.01)

A migração também bastante comum é aquela de casais jovens e sem filhos, visto que este é o momento de liberação econômica que favorece o desligamento das famílias de origem.

Qualquer que seja a forma da migração, o importante é que ela é fundamentalmente um projeto familiar na busca de melhores condições de vida. Mesmo que se apresente inicialmente como o movimento de pessoas isoladas, ou que divida aparentemente o grupo familiar, é pela migração sucessiva dos seus membros que mais tarde vai acontecer a reconstituição parcial, e às vezes total, do grupo familiar, já numa outra realidade — a cidade.

Para todos entrevistados, quando perguntados se gostariam de voltar, apenas um deles expressou este desejo, "desde que houvesse condições para se trabalhar lá". Entretanto, para todos, o sítio é muito mais um lugar simbólico, onde se vêem sujeitos, onde se sentem reconhecidos como pessoas completas e principalmente, se sentem respeitados.

O desvelamento da teia de relações sociais: A redescoberta do outro

Um dos aspectos fundamentais ao se chegar na cidade são os

contatos informais, constituídos por familiares e conhecidos, para resolver os problemas iniciais de adaptação: e o primeiro, sem dúvida é a necessidade da moradia. O apoio da família e parentes traz à tona inúmeros valores e normas comunitárias, relações estas reelaboradas a partir da vida urbana e constitutivas dela.

“A gente garrou, chegamos na casinha da sinhá Dirva. Então, ela tinha uma casinha grandinha, que repartiu certinho no meio. Daí ela tinha uns cacarequinhos de casa: cama, um fogãozinho, umas coisinhas lá, das outras pessoas que tinham ido embora. Eu cheguei ali, falei com ela e ela me ajudou. Me deu uma pecinha e aquelas coisas; fiquei uns 15 dias. Daí tinha uma casinha alí em cima. Só um pedacinho de uma casa - uma metade era coberta e outra não... Daí eu falei com meu compadre: podia me arrumar um pedacinho de chão lá no seu terreno prá mim fazer uma casinha? — Não, tudo bem, pode fazer. Daí eu comprei aquele pedaço de casa e comecei a fazer a minha casa.” (ARGEU, 22/05/91, p.03 e 04)

A referência na chegada à cidade são os familiares, parentes e amigos que já estão estabelecidos, e que os ajudam no repasse de informações e na adaptação à nova vida. Sejam informações acerca de trabalho, como no depoimento abaixo:

“(...) fazia uns 15 dias que eu tava na casa da comadre Vivaldina, e o compadre Bastião disse: Óia comadre, você pode ficar morando com nós, não precisa mais trabalhá. Eu digo: não compadre, onde é que se

viu eu vir prá costas de vocês. Não, eu quero que me arrumem um serviço. Vocês já conhecem aqui, tem conhecimento, e eu quero é trabalhá”. (ADELINA, 28/05/91, p.06)

Estas informações podem ser também acerca dos direitos sociais que o trabalhador urbano já conquistou, e que é do desconhecimento do recém-chegado:

“Eu não conhecia os direitos pessoal, né. Achava que era trabalhar... receber e pronto... Daí depois disso a gente começou a conversar, falar com as pessoas de mais idade daqui, que trabalham mais tempo aqui. Daí eles começaram a explicar: isso, isso, tantas horas por mês, etc., você tem que fazer direitinho as conta. Daí foi que a gente começou a conhecer as coisas, e hoje em dia todo mundo sabe que tem força na lei...” (ARGEU, 22/05/91, p.06)

Assim a rede de relações primárias, dentro da qual acontece o processo de migração, está estruturada de modo semelhante a sua comunidade de origem, já que o migrante vai para onde a família do irmão, do pai, dos parentes, antigos vizinhos sejam possíveis de contactar.

Mas, um valor é absoluto: a família. Esta continua sendo o local privilegiado de reelaboração das experiências de seus integrantes, e da construção de projetos de vida.

Relações de parentesco, vizinhança ou amizade são secundárias na cidade, perdendo um pouco do valor que tinha na sociedade rural; quando a família está completa, os parentes e conterrâneos se constituem um

grupo ocasional de relações sociais, a quem se pede ou se empresta apenas favores que nada custam, ou custam muito pouco.

O espaço primeiro de redescoberta do outro e da reconstrução da identidade é, sem dúvida, o do grupo familiar, a partir do qual o migrante penetra numa nova teia de relações sociais assumindo a cidade grande como seu local de vivência, de luta por melhores condições de vida.

Mas, além da redescoberta do outro, há a descoberta do conjunto de equipamentos e instituições que este migrante passa a ter acesso na cidade grande. A densidade do aparato institucional, ao mesmo tempo que o assusta, é também pólo de atração em termos dos serviços que oferece, como veremos adiante.

Descobertas, relações e uso dos serviços sociais

Eunice Durhan no seu livro “A Caminho da Cidade”, refletindo sobre a pobreza, baixos salários, falta de garantia de trabalho afirma que a migração para a cidade se coloca como vantajosa para o trabalhador, mesmo porque ele encontra instituições que ajudam neste processo de re-socialização.

“neste sentido, a migração para grande cidade é mais vantajosa, pois o trabalhador já encontra instituições que podem orientar o processo de re-socialização. Mesmo quando ele não se integra efetivamente nessas instituições (sindicatos, organizações assistenciais), delas se beneficia diretamente através das reivindicações de classe, o que favorece seu ajustamento, melhorando suas condições de vida e

abrindo novas possibilidades de ascensão para as gerações subseqüentes. Esses benefícios, o trabalhador rural os percebe como 'vantagens' da cidade: possibilidade de salários elevados, possibilidade de assistência médica, possibilidade de instrução para os filhos. No campo, ao contrário, não há instituições das quais possa beneficiar-se, nem conta ele com recursos culturais que lhe permitam criá-las". (DURHAN, 1973:124-125)

Na cidade o migrante se vê impossibilitado de poder produzir para sua própria subsistência, o que o coloca na dependência total de um salário. Assim, a obtenção de um emprego aparece como necessidade fundamental para garantir a sua sobrevivência e a de sua família.

Entretanto, o modo de emprego do mundo urbano, exigindo o deslocamento isolado do trabalhador, acaba dificultando o trabalho regular das mulheres com filhos pequenos. A falta de qualificação do trabalhador rural, as condições gerais do mercado de trabalho tornam o desemprego e o subemprego uma situação cotidiana que constitui "ameaça" constante à sobrevivência da família.

Mesmo com a existência dos grupos de família e parentesco que constituem apoio nas situações de crise, a maioria das vezes não são suficientes para garantir a sobrevivência desta, uma vez que também estes grupos são afetados pela instabilidade econômica que vive permanentemente o país.

Assim o migrante se vê obrigado a recorrer a instituições assistenciais urbanas, mantendo relações diretas com complexos

mecanismos políticos e financeiros. Isto não significa que o trabalhador não tivesse acesso a estas instituições. Significa sim, que a experiência que ele tem com estas, acontecia de forma diferenciada.

Quando morava no sítio, o contato com as instituições acontecia, em geral, através de um intermediário: o patrão, o coronel, o dono da venda etc. A existência desse intermediário é que caracteriza a dependência e subordinação do homem rural, gerando uma relação clientelista, instituição essencial do mundo caboclo. Esta relação de clientela representava o modo generalizado de relacionar uma população culturalmente marginal à sociedade mais ampla e complexa.

Na cidade este intermediário tende a desaparecer, mas nem por isso o migrante se torna livre, torna-se antes um desamparado. As instituições assistenciais acabam sendo os substitutos imediatos destes intermediários.

Entretanto, os serviços sociais, e mais especificamente a assistência social, no contexto das políticas sociais, ao longo da história brasileira vêm se comportando como um campo de benesse pública e privada aos necessitados e desamparados, como uma não-política, como um sistema que se autonega; opaca e difusa, desconhecida da maioria a população exatamente aquela a quem se dirige. (SPOSATI et alli, 1989:03)

A transmutação de direitos em benesse faz parte da cultura política que impregna as ações governamentais e mesmo a sociedade na forma como vem tratando o trabalhador destituído, usuários dos serviços sociais.

Assim, o apadrinhamento sempre esteve presente, reforçando uma dependência consentida, porque é necessária à sobrevivência deste trabalhador.

"As políticas públicas de assistência social se comportam ainda como uma não política. Nesta área administram-se favores. O sentido do direito não é o atributo da assistência. Ele é mesmo obstruído pelo uso político, clientelista e discriminatório dos serviços nesta área. A assistência social se confunde com benesses; as três esferas governamentais atuam concorrencialmente não havendo clareza de atribuição específica a cada uma dessas esferas. Também não há claro recorte entre o público e o privado, entre a filantropia e assistência social, enquanto obrigação estatal. Uma de suas resultantes é que o comando dos serviços assistenciais, quase sempre está sob o controle dos políticos. Não há um perfil técnico exigido nesta área. É o que se diz, a assistência social permanece como assunto de políticos e não como uma política". (SPOSATI e FALCÃO, 1990:28-29)

Com a negação de ser uma política social no campo da reprodução social, não se propõe a resolver situações, não se preocupa com as demandas tampouco há uma perspectiva coletiva em face da necessidade social, ou seja, o universal é recortado em clientelas fragmentadas ou clientes individuais.

Assim, a estrutura dessas instituições limita a possibilidade da participação deste trabalhador,

que é maioria das vezes individual e não coletiva, momentânea e não permanente. Esta participação implica primeiro definir o grau de carência para que ele seja incluído/ excluído dos serviços ofertados pelos programas sociais.

A participação nos programas implica os requisistos formais que o inclui numa categoria que lhe permita obter os benefícios. Sobra como alternativa para aqueles que não formam escolhidos, a tentativa de obter estes serviços sociais, através de favores pessoais, ou seja, burlar, também em termos individuais, as exigências do sistema.

Caracteriza-se assim uma estratégia que poderíamos dizer manipuladora através da qual o trabalhador usa das relações pessoais para ter acesso às instituições assistenciais, das quais não pode participar.

Não é por conservar padrões de conduta tradicionais que o trabalhador não participa ativamente de associações especializadas e de cunho reivindicativo, mas antes porque estes padrões, aparentemente tradicionais constituem no único modo através do qual ele, em toda a sua experiência de vida, conseguiu desviar para si alguns dos recursos existentes, dada as características que as ações governamentais e suas políticas públicas assumem frente à miséria e a pobreza: uma única face clientelista e discriminatória, e outra policialesca e repressora.

São muito recentes os processos de organização popular vividos por estes sujeitos; na cidade de Florianópolis os movimentos sociais populares datam do final dos anos 70, início dos anos 80. Estas

experiências de organização popular, antes nunca vividas por estes sujeitos, começam a se estruturar, mas ainda persistem ambigüidades de todos os tipos, sinais positivos e negativos que testam seu entrecruzar com outras tradições presentes na sociedade brasileira, a partir de pontos diversos da experiência social e política. Mas deixemos que os próprios sujeitos usuários do Serviços Sociais relatam sua experiência.

A relação com o poder público e com os agentes externos

A clientela é uma instituição importante no mundo caboclo, uma vez que que é através dela que o trabalhador se integra a sociedade mais ampla, da qual depende, ainda que de modo indireto.

Assim, a experiência de vida que o morador do Morro da Penitenciária traz consigo, tem profunda relação com o modo como viveu no sítio, que não foi diferente desta relação de clientela; para que pudesse ter acesso a serviços, o único jeito era recorrer ao mandante local, cuja autoridade deriva de sua possibilidade de conhecer e manipular o mundo da cidade.

Dona Hilda, falando da experiência que teve quando tentou colocar os filhos deficientes mentais numa escola especializada, diz:

"(...) porque lá eu tinha batalhado prá conseguir escola prá eles, mas não consegui, porque não tinha ônibus que fosse até lá encima. Tinha de pagar um bom tanto, mas eu não tinha dinheiro. Eu conversei com o candidato, com político..." (HILDA, 28/05/91, p.03)

Ora, quando esta migra para a cidade, no início dos anos 80 estamos às vésperas de eleições municipais (1982). Presenciamos em Florianópolis a utilização da máquina administrativa para garantir a eleição do então Secretário de Obras do Governo do Estado e candidato do PDS, Esperidião Amim Elou Filho, para o governo do Estado. Toda sua estratégia política foi baseada numa política personalizada, de favores, através do slogan prioridade aos pequenos.

"Eu conheci a Ângela quando o Amim foi eleito prá governo. Daí ela pegou a fazer visita por aí, nas casas, nos morros. Daí pegava e chegava com tudo as secretárias, pedindo voto e contando que se o Esperidião ganhasse, ia ser governo, e ia ser um governo muito bom prá ajudar as comunidades, coisa, e nós fumo na conversa delas. Daí foi certo. Depois que o Amim ganhou, que daí foi governo, o que ele prometeu foi feito: mandando arrumar o posto, creche, escadaria. Foi muita coisa, tudo o que prometeu prá nós foi arrumado. E sempre no Natal, toda vida, quando o Amim era governo ele vinha trazer uma rancho prá turma aí do Morro." (ADELINA,05/06/91, p.01)

Os serviços prestados pelas instituições públicas são camuflados com roupagem de ajuda, o que se põe imediatamente como um não direito:

"(...) quando eu vim prá cá, o Espidirião se candidatou (1982). Conversei com ele e pedi ajuda prá escola dos guris. Aí ele disse: Não, eu vou dar uma força prá você. Aí a Ângela teve aqui e me levou pra o médico no

Hospital Infantil. O médico me encaminhou eles prá cá". (HILDA, 28/05/91, p.03)

Os favores pessoais foram marcas não somente da fase de campanha eleitoral, mas de toda a administração Amim, seja na Prefeitura (79-82), seja no governo do Estado (83-86), bem como de muitas que sucederam:

"(...) eu tenho tirado resultado com política; se eu precisar de alguma coisa é só ir lá na Prefeitura e dizer prá aqueles que trabalham lá dentro: sou amiga da Ângela Amim, eles me atendem, porque já me atenderam mesmo depois que o Amim saiu de lá da Prefeitura." (ADELINA, 28/05/91, p.04)

"E hoje em dia eu acredito que ela (Ângela Amim) tem uma grande confiança em mi, que lá de Brasília, volta e meia ela manda um abraço, um beijo... ela ainda não esqueceu de mim...." (ADELINA, 05/06/91, p.01 e 02)

Esta prática clientelista, com a transmutação do direito em benesse é intrínseca à cultura política da cidade, bem como do Estado, que persiste ao longo do tempo, expressando relações paternalistas e de mandonismo local, que varia conforme a personalidade do mandante.

Mas, a medida que moradores do Morro começam a participar de grupos organizados, das comunidades eclesiais de base (CEB's), movimentos reivindicatórios, e movimentos populares, passam a experimentar uma outra relação com o poder público e governantes, e mesmo no conjunto da sociedade:

"(...) o pessoal até agora não tem muita visão política. Antes não tinha visão política nenhuma. Achava que o governo dava qualquer coisinha, ele era o "dono de tudo", era o melhor de tudo, por isso aquele homem tinha que ser respeitado. Então, todo mundo tinha respeito; chegava uma pessoa de fora falando bonito, ela era respeitada". (ARGEU, 22/05/91, p.09)

Qualquer pessoa que demonstrasse capacidade de manipular o complexo mundo urbano deveria ser respeitada, pois o migrante se sentia deslocado dessa realidade, incapaz de compreender os mecanismos de poder que permeia estas instituições. E, portanto, nada mais natural que aquele que falava bem (o doutor, o político), ocupassem um espaço que estava aberto, uma vez que o papel do patrão havia se perdido quando da sua vinda para a cidade.

Falando das pessoas ligadas a setores progressistas da Igreja local, do movimento estudantil, e dos movimentos sociais que participavam do processo de organização, onde os moradores começavam uma experiência de serem sujeitos de sua própria história, eles dizem:

Essas pessoas começavam a entrar na comunidade prá abrir uma clareza mais na população. Então eu comecei a sentir que as pessoas começavam a enxergar as coisa dentro da comunidade, né. E, daí, por diante que a gente começou a notar que era necessário a trabalhar pelo bem da comunidade do Morro da Penitenciária. Aí então dali por diante o trabalho começou a deslanchar na comu-

nidade".

(ARGEU, 29/05/91, p.01)

Entretanto, as leituras feitas a partir destas experiências vividas foram diversas. Algumas reelaboraram a reafirmação de um apadrinhamento só que agora ligado à esquerda.

"O tempo bom foi aquele que você assumia aquele compromisso com nós aqui no Morro. Muitas coisas nós aprendemos com você: nós se expliquemos, nós tudo contemos como era nossa vida. Mas agora tá tudo terminando mesmo... Eu acho que o jeito que tem prá ser como era, só se você assumisse esse compromisso de novo..."

(ADELINA, 28/05/91, p.02)

Mas, também temos releituras destas experiências, onde os moradores do Morro da Penitenciária começam a ter outro entendimento da realidade, e passam a assumir postura de sujeito diante do poder público e da sociedade civil.

"(...) todo esse pessoal que vem do campo só conhece o nome do partido, não conhece nada da intenção das pessoas. Então naquela época o pessoal achava que porque chegou o Amim e a Ângela, que era os prefeito, todo mundo achava que eles são os deus, que são os que mandam e desmandam e aí por aí. Então agora não. Agora parece que o pessoal já tão enxergando mais as coisa. Tão enxergando por causa que através da mentirada deles, tem muita gente que tá vendo que eles vem só prá ganha voto, e não fazem nada. A maioria do pessoal já tão a par disso, já tão desiludido; que de primeiro se iludia, agora

já tão desiludido com a política, e mais ou menos assim”. (ARGEU, 29/05/91,p.04)

Apesar da fala do entrevistado passar um aparente fatalismo, isto não significa necessariamente que estejam conformados com a situação. Melhor dizer que esta atitude expressa situações/sentimentos que estão presentes ao mesmo tempo; ou seja, expressam conformismo e inconformismo: de um lado começam a ver que foram enganados e se sentem impotentes para mudar a situação, assumindo atitude fatalista e expressando receio quando aqueles que estão lutando por melhores condições de vida querem ajudá-los a sair desta inatividade. De outro lado, apesar da aparente submissão, há um inconformismo profundo, estreitamente ligado à repressão e à persistência do medo, que limitam seu envolvimento até esbarrar com estes dois sentimentos.

Entretanto, muitos moradores vão vivenciando movimentos organizativos, o que aos poucos vai destruindo este medo. É evidente que é um processo longo, com vindas e idas, mas que aos poucos esboça uma nova experiência, agora coletiva.

O uso dos serviços sociais: as perspectivas diante do pedir

Já mencionamos anteriormente que os serviços sociais, principalmente aqueles destinados prioritariamente à população pobre acabam sendo travestidos de favores, de benesses por parte do poder público, perpetuando com isto uma política clientelista e discriminatória junto à população pobre deste país.

O migrante, ao chegar na cidade, por uma série de fatores já

mencionados, se vê obrigado a recorrer a instituições públicas que prestam serviços sociais, para garantir sua subsistência.

Pela própria forma como as relações sociais na cidade se estruturam, ele se liberta dos laços pessoais que o ligam ao patrão, ao coronel, ao padrinho, passando a manipular as regras burocráticas, as leis, enfim, as instituições impessoais, aprendizado este no qual os parentes têm papel decisivo.

“Conforme a necessidade da pessoa, conforme o trabalho da pessoa, é onde ela começa a andar, né, por exemplo: a pessoa precisou de um sindicato, precisou da LBA, então ele procura tirar informações com outras pessoas prá chegar nesse órgão, e é onde uma pessoa informa com a outra. Por exemplo, o direito social do trabalhador, sempre um fala: não, você tem esse direito, você tem de ir no sindicato, tem que pagar um advogado prá conquistá o seu direito, então quer dizer que um informa os outros.” (ARGEU, 29/05/91,p.03)

“Quando eu cheguei aqui, não conhecia nada. Através da doença da Lú, o médico da Universidade me encaminhou prá LBA, prá pegar leite prá ela. Naquela época ela tinha 3 anos. Aí eu não sabia bem direito, pedi prá essa minha comadre e fui com ela. Aí a gente foi conhecendo os lugares”. (HILDA, 28/05/91, p. 05)

Mas, se por um lado esse migrante abandona o modo paternalista na sua orientação com relação ao patrão, o transfere para os órgãos públicos que prestam serviços sociais. Estas instituições, criadas

para ele, e não por eles, devem protegê-lo como um patrão bom.

“Acho que eles deviam tratar a gente com carinho, que a gente vai lá é porque tá precisando, tentar resolver o problema da gente; a gente vai lá porque tá precisando de alguma coisa né...” (HILDA, 05/06/91, p. 05)

Ora, a forma como as instituições sociais prestam os serviços, transvestidos de ajuda, faz com que estes assumam um caráter de não-direito, reforçando novamente as atitudes clientelistas e manipulatórias, restando ao usuário o papel de pedintes.

A submissão/subserviência se tornam estratégias para conquistas os recursos:

“(…) A LBA fornece uma porção de coisas: leite, registro, passagem de ônibus, às vez até talão de luz eles pagam. Então, se é do governo, eles deviam atender bem. Mas, tem muita gente que não é bem atendido. A gente que vem do sítio aqui se tratar, quando volta prá lá, a LBA fornece passagem, mas eles não são bem atendidos.” HILDA, 05/06/91, p. 04-05)

A submissão e subserviência produzidas pelos próprios mecanismos da rede assistencial, não impedem que o usuário dos serviços sociais percebem o desinteresse, o desrespeito com que muitas vezes são tratados. Mas, o isolamento, o atendimento individualizado, a falta de informações, a não-participação em movimentos organizativos, as experiências vividas anteriormente, o medo de não conseguir os recursos são barreiras que o fazem aceitar o jogo. Um jogo que os humilha, que

reforça a sua situação de não cidadão:

“A gente vai conversar com alguém do órgão público, que administra, eu me sinto como... sem interesse deles. Parece que quando eles enxerga a gente, não tem muito interesse pela gente. Eles são acostumados a não dar muita atenção prá gente. Eu me sinto assim... baixo na frente deles”. (ARGEU, 03/06/91, p. 02)

“Aquele dia que nós fomos lá na Prefeitura, aquele cara que tava de porteiro, ‘Seo’ Aníbal, aquele cara tá ali sempre prá enganar o povo. Não sei se você notou, aqueles coitadinho que chegaram ali, ficaram só ali com ele, e ele diz: pode deixar que eu vou resolver o problema, mas não resolve nada. Aquele cara ali é o maior dos frustadô”. (ARGEU, 03/06/91, p. 02)

São as experiências coletivas que resgatam a dignidade destes sujeitos. É aí que começam a romper com a ideologia do particularismo. É a partir dessas experiências que começam a ser respeitados como cidadãos, inclusive pelos órgãos públicos:

“(...) tem que ter um pouco de paciência, e eu já não ...às vezes a gente chega, fala com um, já não atende bem a gente, eu já fico chateado, outra vez não vou. Se eles falassem direito com a pessoa, como aquele dia na Prefeitura, aquele dia o pessoa atendeu direitinho... mas tem dia que já não, é assim, já fica ruim. É que também fomos em bastante gente, então toda a vida temos que ir em bastante”. (PADRE, 22/07/91, p.07)

A participação em movimentos sociais populares começa a construir uma nova experiência, coletiva, rompendo com o clientelismo tutelar, experiência esta que não é outra senão o aprendizado dos seus direitos de cidadania:

“A gente só é bem recebido, no horário do público, quando vai bastante gente, se não tem condições. Tem de ir de cinco ou seis pessoas, daí a gente é bem recebido. Acho que muda a visão deles. Acho que eles acham que a gente tá mais bem preparado que quando vai só uma pessoa: ‘ah!, esse é só um coitadinho, podemos deixar por aí mesmo’. Então é assim, nós só temos força mesmo com bastante gente, prá garantir os interesse das comunidades carentes”. (ARGEU, 03/06/91, p. 02-03)

As experiências de participação

A prática da cidadania que aos poucos vai sendo construída pelos movimentos sociais populares na grande Florianópolis, confrontam a questão da discriminação e clientelismo em que é posta à população que recorre a esta prática, sinalizando a direção da garantia de acesso ao entendimento e a universalização dos serviços sociais.

Nas experiências de participação e organização vividos pelos moradores do Morro, da Penitenciária, as carências começam a ser percebidas como negação de um direito, o que provoca uma luta para conquistá-lo.

“Os pobres têm de procurar né, tem de procurar os direitos”. (SEBASTIANA, 23/07/

91, p. 04)

As experiências de participação acontecem inicialmente em torno de necessidades concretas. A organização e politização de seus moradores vai acontecendo à medida que percebem que sozinhos não conseguem seus direitos sociais, tampouco o atendimento às necessidades básicas.

Estas experiências, entretanto, têm releituras variadas no conjunto dos moradores. Alguns entendem que agora é função do movimento organizado dar as coisas:

“(...) se tu for pedir uma ajuda ali na casa do vizinho, ele é mais pobre que a gente... Se eu tenho três filho, vou pedir ajuda ali, a outra tem dez; nem pode dar uma caneca de açúcar prá outra. Então cada qual vive do seu. Dá uma reunião, eles não vão lá. Dizem: eles não vão me dar um pacote de açúcar, um litro de leite... A desunião na reunião eu acho que é isso.

Pesquisadora: “de acordo com o que vocês acham, o pessoal só participaria se fosse prá ganhar alguma coisa?

Só se fosse alguma coisa prá ganhar, daí eles iriam; que eu já notei isso, porque quando era os tickets de leite era assim de gente”. (GRUPO DE MULHERES, 23/07/91, p. 08)

Mas, destas experiências, o que se percebe é que aos poucos os moradores não aceitam mais participar somente no papel de expectadores. E, quando não conseguem expressar sua opinião, recusam-se a participar:

“(...) lá da escola veio um bilhete. Fui uma vez e depois não fui mais. Só vai a mulher. Cheguei lá e disseram que que-

riam conversar comigo. Não conversaram nada. Só falaram, falaram, eu só escutei e fiquei na mesma, nem pude falar. Só eles falaram. Daí não fui mais". (PADRE, 22/07/91, p. 04)

As experiências que os moradores do Morro da Penitenciária adquirem com sua presença no campo social e político, expressando interesses e vontades, práticas e direitos que aos poucos vão traçando uma história, a história de participação, de descoberta da cidadania, construída por seus moradores, que lhes faz sentirem sujeitos de sua própria história, marcada de avanços e recuos, não de derrotas, como muitas vezes avaliamos, mas de uma experiência nova, que é a descoberta dos direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias que vão se construindo no cotidiano destes moradores.

"(...) a gente teve lutas boas e lutas ruins, perdidas. A gente trabalhou tanto, e muitas a gente perdeu. Mas também a gente viu que algumas coisas foi vitória nossa, por exemplo, um troço que ainda não tá desenvolvido, mas foi vitória, foi a luta pela terra, que a gente conseguiu, né. Uma coisa muito boa que a gente conseguiu em nossa comunidade, que até hoje tá servindo, foi a nossa igreja, que foi uma luta muito boa, que valeu a pena. Uma outra que foi boa, também, que hoje tá servindo, é a Casa da Criança. Que isso é tudo luta que a gente teve. E também temos sobre a água, luz, que foi um troço muito importante pra comunidade. E a Associação de Moradores, que surgiu atra-

vés dessas lutas. A gente sentiu que era necessário a eleger uma diretoria prá trabalhar junto com a comunidade. Isso foi um passo muito grande, a Associação de Moradores da comunidade. Que hoje, embora o pessoal não confie muito, mas procuram a Associação prá tudo quando é coisa". (ARGEU, 29/05/91, p. 03)

Vera da Silva Telles afirma que:

"Se é possível identificar nos movimentos populares hoje existentes, traços de clientelismo político, de uma noção tutelar do Estado, de uma concepção de direitos como mera defesa de interesses privados, de uma visão instrumental da política que só alimenta a tendência à sua corporativização, tudo isso indica o quanto é forte e viva uma tradição de autoritarismo corporificada não apenas no Estado, mas também nas formas como as relações sociais são ordenadas e expressos os conflitos sociais que atravessam a sociedade. E o quanto é difícil, por isso mesmo, a construção de um espaço político, enquanto espaço público, que não se dissolva ou seja absorvido pelo Estado, tal como tem acontecido na história brasileira. Mas se tudo isso aparece como um problema e não como um destino inelutável, determinado pelo peso da história, é porque a experiência recente recriou outras referências e abriu outros campos de possibilidade para pensar os dilemas que o presente coloca". (TELLES, 1988:250)

Ora, toda esta afirmação acima é completamente válida e poderíamos ampliá-la, acrescentando antes dos movimentos populares, os termos trabalhadores destituídos, ou os usuários dos serviços sociais, por compreender que todas as colocações que a autora faz, dizem respeito também as formas como estes hoje se inserem na sociedade; por acreditar que são somente as experiências de participação e organização, possibilitando a criação de outras referências, é que poderão superar estas relações de submissão e clientelismo, fruto das experiências passadas.

Considerações finais

Na produção teórica do Serviço Social, principalmente nesta última década, começam a surgir estudos a cerca dos movimentos sociais populares em sua relação com o poder público e com as políticas sociais. Entretanto, pouco se sabe, a grande maioria dos usuários dos serviços sociais, uma vez que estes parecem não ter produzido um movimento social de envergadura.

Ainda é comum depararmos com concepções que considerem estes sujeitos como pessoas acomodadas, passivas diante de sua própria situação, merecedoras de apoio social, pessoas que percorrem os diversos órgãos de serviços sociais, de forma clientelista. Ou, de outro modo, com concepções que assumem um verniz crítico, definindo que cabe ao Assistente Social

"(...) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa ..." (MELO, 1990:142)³

Tais concepções por certo jamais se questionaram sobre as experiências de vida que esta significativa parcela da população vive ou viveu, que as faz agir assim, e não de outra forma; sequer se preocuparam com a reconstituição do cotidiano dos usuários dos serviços sociais, sua vivência objetiva e subjetiva das condições gerais de existência.

Ora o trabalho aqui apresentado nos mostra que, ao contrário do que se afirma, existe uma cultura, um modo de vida, uma experiência muito própria destes usuários, através da qual sistematizam sua visão de mundo, de sociedade e da época em que vivem, criando concepções como forma de sobrevivência, e que, portanto os faz sujeitos históricos, aqui e agora.

Se é possível identificar nestes sujeitos traços de clientelismo, de uma noção tutelar do Estado, de uma concepção de direitos como mera defesa de interesses particulares, de uma visão manipulativa da política, que só reforça sua corporativização, tudo isto nos leva a afirmar o quanto é forte e viva tradição do autoritarismo e coronelismo, corporificada não apenas no Estado, mas no conjunto da sociedade civil. E isto nos mostra o quanto é difícil e longa a construção de um espaço político, enquanto espaço público, que aos poucos estes sujeitos coletivos vão experienciando ao longo de suas vidas, principalmente nas experiências que os movimentos sociais proporcionam. (TELLES, 1988:249-250)

A partir das afirmações acima, a pergunta que fica é qual a contribuição do Serviço Social,

enquanto profissão, na construção deste espaço político e de construção da cidadania?

As respostas são múltiplas e diferenciadas.

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre os campos de trabalho e o agir profissional desenvolvido, bem como sobre as concepções que orientam esta ação. Não é mais possível apenas compreender os usuários como trabalhadores destituídos, excluídos, pois novamente estaríamos fazendo leituras macroestruturais como fonte explicativa de sua situação de pobreza originária do processo produtivo, da espoliação urbana decorrente da escassez de bens coletivos, da escassez de terra e outros, com isto se perdendo de vista a possibilidade destes sujeitos de reconhecer-se mutuamente, de decidir, agir e expressar suas vontades a partir de símbolos, significados,

“(...) de uma vasta e diversificada experiência, individual e coletiva, elaborada em um processo, de formas as mais variadas, por instrumentos muitas vezes os mais inesperados”. (ABRAMO, 1988:211)

Em segundo lugar, que a contribuição que setores mais avançados da categoria vêm reivindicando no sentido de uma intervenção na formulação e gestão das políticas sociais leve em conta o dado cultural na formulação destas políticas. É preciso que compreendamos que trabalhamos com públicos diferenciados, não apenas socialmente, mas também culturalmente, e que portanto é fundamental levar em conta esta diferenciação no agir profissional.

Acreditamos que o presente trabalho procurou ser uma pequena contribuição na explicitação desta diferenciação. Sabemos que o caminho é longo e complexo, mas necessário, se de fato quisermos ter uma prática comprometida e conseqüente para com quem ela se dirige.

Nas leituras e recortes feitos, pode-se ter a impressão de que ficaram arestas a serem aparadas. De fato, muitas reflexões ficaram incompletas. Entendemos que é assim que têm que ficar, já que os relatos das experiências que expressam visões de mundo não formam um sistema fechado; assim, não será esta análise que vai fechá-lo.

Entretanto, sabemos que muitos temas precisam ser aprofundados e que este trabalho apenas os sinaliza, mas, sem dúvida, o principal consiste em tornar profundamente conhecido os usuários dos serviços sociais, e o caminho, nos parece, é o do cotidiano, das experiências sociais vividas por estes sujeitos, que se manifestam historicamente de várias formas, e que devem ser encaradas como cultura.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, L.W. Greve metalúrgica em São Bernadro: sobre a dignidade do trabalho. In: Kowarick, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A política dos outros. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. 4. ed., São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Conformismo e resistência. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

- DAMIANI, Gisele Neves. *O negro no mercado de trabalho em Florianópolis, Florianópolis, UFSC/CSE, 1986.*
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.*
- DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.*
- _____. *A construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP (10). São Paulo, CEBRAP, 1984.*
- EVERS, Tilman. *Identidade - a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos estudos do CEBRAP (24). São Paulo, CEBRAP, 1984.*
- HOBBSAWN, E. *Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.*
- JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais Urbanos - Desafios da Construção da cidadania. Cadernos do CEAS, Salvador, 1990.*
- _____. *Ação coletiva, atores sociais e cultura política. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez: v. 9, n. 28, p. 48-69, dez., 1988.*
- KARSCH, Úrsula M. Simon. *O serviço social na era dos serviços. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.*
- KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.*
- MAGNANI, J.F. *Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1989.*
- MELO, Sandra Maria. *A lógica dos saques no Brasil: uma aproximação interpretativa. São Paulo, PUC/SP, 1990. (Dissertação de Mestrado).*
- MOURA, Milton. *A participação política no meio de baixa renda. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 130, nov.dez., 1990.*
- PEREIRA, Nereu do Vale. *Desenvolvimento e modernização. Florianópolis: Lunardelli, 1974.*
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo. 2. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.*
- RIBEIRO, Edaléa Maria, FERREIRA, Márcia. *Uma reflexão da proposta alternativa do serviço social na formação de CEB's desenvolvida no Morro da penitenciária. Florianópolis, UFSC/CSE, 1984. (Trabalho de Conclusão de Curso)*
- RIBEIRO, Hélcion. *Da periferia um povo se levanta. São Paulo: Paulinas, 1988.*
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.*
- SHERER, Elenice F. *Classes populares e ampliação da cidadania. Serviço social e sociedade, São Paulo: Cortez: v. 8, n. 23, p. 25-44, abr. 1987.*
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1987.*
- _____. *Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez. 1989/*
- _____. *Vida urbana e gestão da pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.*
- THOMPSON, Eduard P. *Tradición, revuelta e consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Critica, 1979.*
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.*

Palavras-chaves: Serviço Social, cotidiano, cultura, sujeitos coletivos, serviços sociais, imigrante.

NOTAS

¹ José Sérgio Leite fez um estudo significativo a respeito do tema, em artigo publicado no DEBATES URBANOS n° 6, sob o título "Anotações em torno do tema condições de vida na literatura sobre a classe operária".

² Não iremos utilizar a denominação *favela*, categoria usada amplamente nas Ciências Sociais, mas sim o termo *comunidade* que é a forma como os moradores definem aquele espaço. Para os moradores o termo *favela* é extremamente discriminatório e preconceituoso para com aqueles que moram nestas localidades.

³ Grifo nosso.